

## Aloisio Arnaldo Nunes de Castro

Restaurador de artes plásticas/papel do Museu de Arte Murilo Mendes da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestre em História pela UFJF. Doutorando em conservação e restauração pelo Programa de Pós-Graduação em Artes da Escola de Belas Artes da UFMG.

# A Preservação Documental no Brasil

## Notas para uma reflexão histórica

Este artigo tem por objetivo resgatar e analisar aspectos históricos relativos à preservação documental no Brasil, ao longo do século XX. À luz das reflexões apontadas pela história cultural, examina as práticas, as narrativas, os atores sociais, os marcos teóricos, os paradigmas, as influências internacionais e as políticas culturais que alicerçaram a inserção e a construção dessa disciplina especializada no âmbito brasileiro.

*Palavras-chave: preservação documental; conservação; restauração; patrimônio cultural; história cultural.*

This paper aims to retrieve and analyse historical aspects that concern document preservation in Brazil through the twentieth century. The study is carried out under the reflections on the field of cultural history. It seeks to investigate the practices, narratives, social actors, theoretical frameworks, patterns as well as international influences and cultural policies that served as a background to the integration and construction of this specialized discipline in Brazil.

*Keywords: record preservation; conservation; restoration; cultural heritage; cultural history.*

O patrimônio sobre o papel do século XIX está agonizando; o patrimônio do século XX se esvai em uma tranquila indiferença porque outras técnicas de registro da informação ocultam a função sempre essencial do papel. Indo além

das palavras e das nuances, existe a realidade das bibliotecas e dos livros que o tempo que passa aflige. O tempo passa? Ora, o tempo não, mas o papel que se torna pó não espera que nossa consciência desperte para o seu destino.<sup>1</sup>

**E**ste artigo pretende ser um exercício reflexivo sobre o percurso histórico da preservação documental no Brasil, abordando, por meio de diferentes fios narrativos, alguns aspectos históricos em suas distintas temporalidades e em suas múltiplas relações com as instituições e as várias dimensões da sociedade. Assim, pensar a preservação documental na sua historicidade significa ampliar, sobremaneira, o território de análise da construção cultural preservacionista brasileira. Da mesma forma, tem-se em mira a compreensão mais abrangente acerca do próprio campo de trabalho no qual os profissionais da preservação documental estão inseridos.

A despeito do pioneirismo e da importância das iniciativas basilares na preservação do patrimônio documental, que remontam às primeiras décadas do século passado, assim como dos múltiplos esforços preservacionistas empreendidos pelas instituições detentoras de acervos e pela sociedade em geral nas últimas décadas, observamos que ainda são poucos os estudos dedicados à história da preservação do patrimônio cultural no Brasil, conforme se pode constatar num rápido exame da produção científica nos últimos anos. Por conseguinte, há a necessidade de aprofundamento no campo temático relativo à memória cultural expressa no suporte de papel. Faltam, ainda, pesquisas acadêmicas que busquem discutir e refletir as práticas e representações construídas e legitimadas no espaço social brasileiro,

assim como o processo de circularidade cultural e de apropriação dos múltiplos saberes inerentes à preservação, conservação e restauração do patrimônio documental. Nesse sentido, é necessário concordar com Maria Jose Martinez Justicia quando a historiadora sustenta que a “reconstrução da história da restauração daria, sem dúvida, resposta a múltiplas interrogações, proporcionaria novos dados e, sem dúvida, nos livraria de muitos equívocos”.<sup>2</sup> Frank Matero, ao abordar os estudos de *Ética e política na conservação*, desperta-nos a atenção para a necessidade de reavaliação crítica e o chamamento para o diálogo com as disciplinas das ciências humanas. Matero salienta que toda conservação é um ato crítico, de interpretação. Desse modo, nós preservamos com um objetivo e esse objetivo deve ser de forma contínua questionado, avaliado e modificado se necessário.<sup>3</sup> É também nesse contexto de revisão historiográfica que Beatriz Mugayar Kühl nos alerta que “as ações de preservação não deveriam prescindir, jamais, da história e historiografia e os profissionais atuantes na preservação, mesmo não sendo historiadores, deveriam possuir uma ‘visão histórica’”.<sup>4</sup>

Assim, concluímos que um estudo minucioso sobre a história da preservação documental no Brasil ainda está por vir. Pesquisar, analisar e historiografar a história da preservação documental são desafios lançados na arena do pensar preservacionista. Todavia, se de um lado detectamos essa significativa lacuna historiográfica,

de outra parte os estudos historiográficos sobre a preservação documental no âmbito brasileiro constituem-se um universo temático pleno de possibilidades interpretativas, contemplando posicionamentos críticos, questionadores e reflexivos. Há que se ressaltar, ainda, o fato de que acervos em papel – compreendidos pelas coleções bibliográficas, documentais e de obras de arte em suporte de papel – representam, em termos quantitativos, um dos maiores estoques informacionais e culturais do país. De modo paradoxal, constatamos essa carência de estudos, o que ratifica a proposição de investigar as ações da sociedade em preservar, conservar e restaurar esta significativa parcela do patrimônio cultural brasileiro.

Para o desenvolvimento deste estudo, tomou-se como chave conceitual de análise as proposições da história cultural que destacam a emergência dos “novos problemas”, “novas abordagens” e “novos objetos” no seio das questões históricas.<sup>5</sup> Tal como propõe o historiador francês Roger Chartier, trata-se de “identificar os modos como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler”.<sup>6</sup> Assim, sob os novos olhares e domínios da *Clio*, esta pesquisa pretende analisar a preservação documental como uma “construção cultural”, procurando identificar os “modos” como a preservação da memória expressa em papel, no seio da sociedade, é pensada, interpretada, apropriada, praticada e legitimada.

No cenário internacional, o final do século XIX é referência para o ingresso da preservação documental no campo científico. Vários autores indicam a data de 30 de setembro de 1889 como o nascimento da restauração de livros e documentos enquanto disciplina moderna, em razão do profícuo debate sobre temas como a deterioração da tinta ferrogálica em manuscritos, o estudo de fungos e tratamentos de palimpsestos estabelecidos na Conferência Internacional de San Gallo,<sup>7</sup> ocorrida na Suíça. Carlo Federici e Libero Rossi defendem que o “moderno restauro” e o surgimento do “restaurador como figura profissional” são frutos da referida conferência.<sup>8</sup> Além disso, as consequências dos bombardeios da Primeira Guerra Mundial sobre as bibliotecas na Itália contribuíram para o desenvolvimento de pesquisas de laboratório acerca da degradação dos acervos, como, por exemplo, os efeitos dos inseticidas e bactericidas sobre papéis. Outrossim, a necessidade de dar tratamento sistemático aos acervos em suporte de papel levou à fundação pioneira do Istituto per la Patologia del Libro, organizado em 1929, por Alfonso Gallo. Deve-se crédito a Gallo por ter entendido que as ações de preservação deveriam ser inscritas numa perspectiva interdisciplinar, ou seja, na interação da pesquisa química, biológica, física e tecnológica.<sup>9</sup>

No contexto brasileiro, podemos mapear as primeiras referências sobre a problemática de preservação documental vinculadas à ação destruidora dos insetos bibliófagos,

sobretudo ao longo do século XIX e nas décadas iniciais da Primeira República. Segundo Messias Carrera,<sup>10</sup> em seu artigo “História dos insetos inimigos dos livros”, já podemos encontrar, no século XIX, representações literárias que fazem alusão à ação danosa dos insetos bibliófagos. No Brasil, parece que a mais antiga referência aos insetos nocivos aos livros data de 1817, quando veio a lume a *Corografia brasileira*, do padre Manuel Aires de Casal. Nesta obra, a cidade de São Paulo é considerada local ideal para os fundamentos de uma universidade. Dentre outros motivos, destaca-se o fato de que por ali os insetos menos danificam bibliotecas.<sup>11</sup> Em 1849, no relatório de Cyro Cândido, então diretor do Arquivo Público do Império,<sup>12</sup> verificamos a preocupação com a ação dos insetos destruidores no acervo documental.<sup>13</sup> Sob as denominações “cupim”, “insetos daninhos”, “polilha” e “vermes”, observamos que a atuação dos insetos é problemática constante, reiterada, portanto, nos relatórios dos diretores do Arquivo Público do Império nos anos de 1850, 1856, 1860, 1870, 1873 e 1874.<sup>14</sup>

Já nas primeiras décadas do século XX, encontramos a sistematização de pesquisas dedicadas aos insetos bibliófagos pelos médicos Pedro Severiano de Magalhães, Diogo Teixeira de Faria e Jaime Silvado. Observa-se, nos referidos estudos de entomologia, que a preocupação preservacionista estava relacionada à necessidade de conhecimento dos males biológicos que então degradavam os acervos em papel.

Assim, tornava-se premente a identificação destes agentes patológicos de deterioração sob o ponto de vista científico, o estudo do ciclo dos insetos, o conhecimento das condições climáticas de procriação e das preferências alimentares, para, em seguida, indicar as medidas de combate e prevenção contra tais espécimes. Constatava-se, em tais narrativas, que a palavra “ciência” é utilizada de modo recorrente. A conservação dos livros é concebida como “ciência e experiência” e o século XX é aludido como “o século da ciência”. Partindo desse ponto de vista, vemos o desenvolvimento do conhecimento científico a partir do diálogo interdisciplinar da biologia, da química e da medicina. Nessa literatura técnica, dedicada aos estudos dos insetos bibliófagos, observa-se a construção de um enunciado preservacionista que se quer dizer metodológico e cientificista em contraposição, portanto, às técnicas empíricas de conservação e restauração de bens culturais móveis.

Na Era Vargas, com a promulgação da Constituição Federal de 1934, é criada a proteção legal do patrimônio artístico e histórico brasileiro. Em 1936, o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, encomenda a Mário de Andrade a elaboração do anteprojeto de lei que tratasse da preservação do patrimônio artístico e nacional, em razão de sua experiência no Departamento Municipal de Cultura e Recreação de São Paulo. Quando analisamos a proposta marioandradiana, há que se ressaltar a preocupação com a defesa

da preservação de acervos em papel configurada no item relativo à categoria “arte histórica”, no qual é explicitada a salvaguarda de documentos gráficos: “(...) a iconografia nacional; iconografia estrangeira referente ao Brasil (gravuras, mapas); brasileira (todo e qualquer impresso ou manuscrito que se refira ao Brasil, de 1850 para trás. Todo e qualquer manuscrito referente ao Brasil, com mais de 30 anos, se inédito (...).” Após alterações no texto original de Mário de Andrade, é criado em 1936 o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), tendo o jornalista Rodrigo Melo Franco como presidente do órgão. Vinculado aos conteúdos caros ao Estado Novo, como o patriotismo e o nacionalismo, o decreto-lei nº 25 de 1937 determina quais bens serão objeto de proteção. Conforme se verifica no capítulo I do decreto-lei, constatamos que o papel, como tipologia de bem cultural, é definido como patrimônio a ser preservado, sob a égide da noção de excepcionalidade.<sup>15</sup> Embora não explicitado de modo mais claro no texto do decreto, depreende-se que no bojo da denominação “bibliográfico” ou “artístico” encontram-se contemplados os bens culturais concernentes aos acervos em suporte de papel. Na análise dos critérios de valoração dos acervos em papel a serem preservados, é sintomático verificar que se, por um lado, a conjuntura política do Estado Novo determinara a preservação de livros raros e de valor excepcional, tendo em vista a consolidação da história oficial da nação, de outra parte verifica-

mos a destruição de livros por parte do próprio Estado Novo. Exemplo disso foi o episódio da queima, em 1937, em praça pública na Bahia, de cerca de dois mil livros de autoria de Jorge Amado, então “apreendidos e julgados como simpatizantes do credo comunista”.<sup>16</sup>

No que diz respeito aos critérios teóricos e às práticas de intervenções, constatamos, na década de 1930, algumas ações que exemplificam que a preservação documental estaria associada ao ofício da encadernação, à prática artesanal. Como, por exemplo, verificamos em noventa volumes da Coleção Papéis Avulsos – correspondentes ao período de 1800 a 1841, alocados no acervo do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís, sediado na cidade de São Paulo – em que há uma etiqueta colada em determinadas contraguardas dos volumes, indicando a data do término dos trabalhos e que o referido exemplar foi “restaurado e encadernado” pela “Seção Gráfica” do Departamento de Cultura. Portanto, depreende-se a ideia da restauração vinculada ao ato da encadernação, ou seja, a feitura de velaturas nas folhas e colocação de carcelas nas bordas laterais esquerdas dos documentos manuscritos com o objetivo de agrupá-los, estruturalmente, num volume encadernado.<sup>17</sup>

Na década de 1940, destaca-se a atuação pioneira de Edson Motta no campo da conservação e restauração de papel. Em 1944, Edson Motta é convidado por Rodrigo Melo Franco de Andrade para ocupar o cargo

de conservador<sup>18</sup> do SPHAN, organizando o Setor de Recuperação de Obras de Arte. Em 1945, a pedido de Rodrigo Melo Franco, Edson Motta obtém uma bolsa de estudos pela Fundação Rockefeller a fim de realizar estágio no Fogg Art Museum da Universidade de Harvard.<sup>19</sup> Neste museu, Edson Motta permanece até 1947 e estuda com professores renomados como: Richard Buck, restaurador especializado na estabilização de pinturas sobre madeira; Rutherford Gettes, químico; George Stout, restaurador especializado no estudo dos materiais; Morton Bradley, restaurador interessado pelas teorias da cor. Ainda em 1947, Edson Motta retorna ao Brasil e inicia a organização do Setor de Recuperação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). A partir de 1948, verificamos a atuação de Edson Motta no acervo da Biblioteca Nacional com serviços prestados na conservação de gravuras, desenhos e pesquisas de laboratório referentes aos métodos de eliminação de fungos. Num relatório dirigido ao então diretor da Biblioteca Nacional, Josué Montelo, verifica-se a preocupação do restaurador em implementar no Brasil o que, provavelmente, foi o primeiro laboratório de conservação e restauração especializado somente em papel, numa estruturação científica, em contraposição, portanto, aos métodos empíricos anteriormente empregados.<sup>20</sup> Assim, a atuação pioneira de Edson Motta vem, de fato, colaborar com a interpretação da inserção da disciplina nos moldes ditos científicos no contexto pós-Segunda Guerra, com a

apropriação de uma linha conceitual tipicamente americana.

Em relação ao ensino de metodologias de conservação e restauração documental, observamos influências relacionadas ao campo da museologia no livro *Introdução à técnica de museus*, autoria de Gustavo Barroso, publicado em 1948. Nesta publicação há tópicos relacionados ao suporte em papel.<sup>21</sup> Podemos situar, no contexto da época, o pensamento de Barroso – de vertente nacionalista – que categorizava a restauração no sentido da “proteção e conservação das relíquias do passado”.<sup>22</sup> Conforme observamos na narrativa barrosiana, a restauração da “reliquia do passado” é metaforizada como um ato médico compreendido por dois momentos distintos: diagnóstico e terapêutica. Para dar tratamento às “reliquias do passado”, Barroso ilustrava as qualidades do então perfil do profissional restaurador ao afirmar que “toda conservação e toda restauração requerem duas virtudes essenciais: paciência e modéstia”.<sup>23</sup> Ainda com relação ao ensino, é criada no âmbito universitário, em 1951, a disciplina “teoria, conservação e restauração da pintura”, na Escola de Belas Artes da Universidade do Brasil (atual UFRJ), por Edson Motta, a convite do então diretor da Escola prof. Flexa Ribeiro, considerada pioneira na América Latina.<sup>24</sup> No que diz respeito aos conteúdos programáticos ministrados na referida disciplina, Maria Luiza Guimarães Salgado,<sup>25</sup> aluna da Escola de Belas Artes nos anos de 1969 e 1970, menciona que

o curso era dividido em três partes: papel, imaginária e pintura. A disciplina era teórica e prática e em relação às atividades voltadas para os acervos documentais havia um pequeno laboratório na Escola de Belas Artes onde os alunos praticavam banhos em gravuras, bem como em documentos deteriorados, e executavam retoques em pequenas áreas.

No que concerne ao emprego de metodologias de intervenção curativa na década de 1950, seria oportuno observar a influência americana através dos processos técnicos desenvolvidos por Willian Barrow, com a aquisição pioneira na América Latina de um exemplar da máquina Laminadora Barrow. Conforme os anais da Biblioteca Nacional, v. 71, p. 1-4, publicado em 1951, Josué Montelo, então diretor da Biblioteca Nacional, comentou “a bela aquisição”, “a última palavra na técnica de preservação de documentos”: “a conservação de nossa riquíssima documentação manuscrita, seriamente ameaçada pelo tempo, encontrou sua solução adequada no processo de laminação Barrow, que a Biblioteca Nacional, por nossa iniciativa, acaba de adotar”.<sup>26</sup> A noção de intervenção curativa também é constatada na criação, em 1958, da Seção de Restauração do Arquivo Nacional, incumbida de “reparar e restaurar os documentos que com esse fim lhe forem destinados”.<sup>27</sup>

Percebe-se que os congressos de biblioteconomia e documentação também atuaram como *locus* de discussão da conservação e restauração de papel, possibi-

litando a reflexão científica e dando lugar às reivindicações preservacionistas. Em 1961, verifica-se, de modo pioneiro, a atuação de Lindaura Alban Corujeira<sup>28</sup> com a apresentação do trabalho “Conservação e restauração de livros e documentos”, no III Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Curitiba. Tendo como referência os estudos realizados na Biblioteca Nacional de Madri, nos anos de 1958 e 1959, Corujeira abordou o documento e seu valor como fonte de informação, os agentes físicos, químicos e biológicos de deterioração de livros e documentos e os respectivos meios de combate, a necessidade da restauração de livros e documentos, as qualidades do restaurador e as fases da restauração.<sup>29</sup>

Em 1962, a DPHAN estabeleceu a sistematização do Setor de Recuperação de Pintura, Escultura e Manuscritos, subordinado à Divisão de Conservação e Restauração (DCR).<sup>30</sup> Deve-se notar, nesse momento, que a restauração de papel encontra-se incluída sob a denominação de “manuscritos” e podemos depreender, também, que a restauração de obras de arte em suporte de papel estaria, provavelmente, inserida sob a denominação de “pinturas”. Dessa forma, com a criação do referido Setor, verificamos a menção oficial das atividades de conservação e restauração de papel sob a égide do órgão federal. Há que se analisar, ainda, o emprego da terminologia “Recuperação” do referido Setor, o que denota a atribuição de significado à atividade profissional, muito

mais focada na prática e nos métodos de recuperação do bem cultural do que propriamente em ações de conservação dos acervos culturais, denotando, assim, a prática de uma restauração intervencionista. Verifica-se, ainda, no período em que se convencionou denominar “fase heróica”, que a preservação documental não configurava como linha prioritária da DPHAN, muito embora os acervos bibliográficos considerados de valor excepcional se encontrem contemplados no decreto-lei nº 25 de 1937. No âmbito do órgão oficial de proteção do patrimônio cultural, as ações de conservação e restauração de papel são realizadas, de modo muito restrito e com poucos recursos técnicos, em meio às outras atividades consideradas preponderantes como a conservação e restauração de igrejas, pinturas de cavalete, talhas e esculturas policromadas.<sup>31</sup>

Na década de 1960, as dificuldades concernentes à formação de profissionais na conservação e restauração de bens culturais nos países situados na faixa tropical já eram observadas e constituíam-se objeto de preocupação da comunidade internacional, conforme apontou Paul Coremans em seus estudos.<sup>32</sup> Outrossim, quando o arquiteto Renato Soeiro, assume, em 1967, a direção da DPHAN, observamos que dentre as ações do início da sua gestão, destaca-se a elaboração de um projeto encaminhado à Comissão de Educação da Organização dos Estados Americanos (OEA), relativo à criação de um laboratório-atelier a ser localizado no

Brasil com “o fim especial de atender os estudantes oriundos dos países situados na região sul da América, bem como os trabalhos de conservação a serem realizados no país”.<sup>33</sup> Verifica-se neste projeto a preocupação com o ensino da conservação e restauração de papel nas categorias de gravuras, livros e documentos. Nota-se na listagem de equipamentos indispensáveis à instalação do laboratório-atelier, o pedido de um Laminador Barrow, o que reflete, portanto, a adoção de uma linha americana de restauração de papel.

É sintomático observar nos anos de 1970 a inserção de um crescente debate da preservação documental no campo da arquivologia por meio da participação dos profissionais nos temários dos Congressos Brasileiros de Arquivologia. Assim, em 1972, no I Congresso, ocorre o “Painel sobre conservação e restauração de documentos” com a participação acanhada de apenas dois palestrantes. Em 1974, no II Congresso, ocorre a “Sessão plenária: Conservação e restauração de documentos”, contando com cinco participantes. Já de forma bastante ampliada é realizado, no III Congresso, o I Seminário Brasileiro de Preservação e Restauração de Documentos. Na abertura dos trabalhos, Edson Motta, como representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), discursa sobre a importância do referido Seminário, ressaltando a importância do intercâmbio de informações técnicas e metodologias de trabalho

possibilitada pela presença de especialistas estrangeiros como: Vicente Viñas, da Espanha, F. Paole, George e Dorothy Cunha dos Estados Unidos.<sup>34</sup> Em 1979, no IV Congresso, ocorre o II Seminário Brasileiro de Preservação e Restauração de Documentos.

Com relação à produção de literatura técnica, em 1971 são lançadas duas obras pioneiras no campo da conservação e restauração de papel no mercado brasileiro: *O papel: problemas de conservação e restauração*, de Edson Motta e Maria Luiza Guimarães Salgado, e *Conserve e restaure seus documentos*, de Lindaura Alban Corujeira.<sup>35</sup> Dada a escassez de informações técnicas, essas obras, publicadas no contexto da década de 1970, tornam-se material de referência. Em Motta & Salgado observamos a prevalência de autores norte-americanos o que evidencia a formação de Motta no Fogg Museum da Universidade de Harvard, incluindo a obra *The treatment of pictures*, autoria de Morton C. Bradley Jr.,<sup>36</sup> na qual o papel é abordado como categoria da pintura. Em contraposição, em Corujeira observa-se maior influência de autores europeus, visto que sua formação na área de conservação e restauração de papel é fruto de cursos e estágios realizados na Biblioteca Nacional de Madri e no Istituto de Patologia del Libro Alfonso Gallo, em Roma, Itália.

No que tange às influências internacionais na formação da disciplina no âmbito brasileiro, Jannice de Mello Monte-Mór,

então diretora da Biblioteca Nacional, solicita ajuda à Unesco para a preservação e restauração do acervo da instituição, possibilitando a vinda ao Brasil, em 1974, da doutora Maria Di Franco, diretora da Biblioteca Valiceliana, em Roma. Durante a sua permanência por quinze dias no Brasil, a especialista visitou o Arquivo Nacional, proferiu conferência no Ministério da Educação e Cultura e observou detalhadamente a situação da Biblioteca Nacional.<sup>37</sup> Em relação à prática de conservação e restauração então desenvolvida pelo laboratório de restauração da Biblioteca Nacional, a especialista é contundente ao apontar aspectos que revelam a falta de aparato técnico-científico bem como a inadequação da metodologia empregada pelo setor.<sup>38</sup> Apontou, ainda, em seu relatório, grande ênfase à formação de pessoal, evidenciando a necessidade de trabalhar sob a orientação científica, motivando químicos e biólogos no Brasil a desenvolver estudos científicos na área.<sup>39</sup> Ao concluir seu relatório, a doutora Maria Di Franco apresenta um plano de trabalho a ser implementado na Biblioteca Nacional, destacando a necessidade de treinamento profissional por meio de realização de estágio de caráter prático e de curta duração na Itália.<sup>40</sup> Por conseguinte, a Unesco ofereceu duas bolsas de estudos para que funcionários da Biblioteca Nacional fossem receber treinamento no Istituto de Patologia del Libro Alfonso Gallo, em Roma. Dessa forma, Gilda Lefebvre e Eucídia Guimarães, então bibliotecárias da Biblioteca

Nacional, obtiveram a bolsa de estudos e, em 1975, iniciaram o treinamento no referido Instituto.<sup>41</sup>

A partir dos anos de 1970, as linhas de trabalho direcionam-se para o conceito europeu, seja pelo despertar advindo das ações desenvolvidas após a enchente de Florença, ocorrida em 1966, seja pela formação dos conservadores-restauradores em cursos e estágios de média ou curta formação – subsequentes ao prof. Edson Motta – em centros europeus que inspiraram, de certo modo, o surgimento dos núcleos iniciais de conservação-restauração. Portanto, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, os princípios basilares da conservação-restauração fundam-se, notadamente, nos modelos institucionais da Espanha, Itália, Portugal, Alemanha, França e Inglaterra.

Num estudo publicado pela Unesco, em 1973, o restaurador indiano Yash Pal Kathpalia salientou a necessidade de implantação de laboratórios de conservação e restauração nas instituições detentoras de acervos. De modo sintomático, a partir do final da década de 1970, verificam-se as iniciativas de elaboração de projetos com vistas a implantar os “laboratórios de conservação e restauração” especializados em papel, os quais, de certo modo, teriam o propósito de substituir os locais de trabalho ainda caracterizados por “seções” ou por “ateliê” – geralmente de pequeno porte – nas instituições brasileiras detentoras de acervos. Nessa fase de cunho tecnicista, detecta-se a predominância

da discussão em torno do diagnóstico do estado de conservação dos acervos deteriorados, bem como dos critérios, técnicas e metodologias a serem aplicados nos bens deteriorados. Desse modo, verificamos que a implantação dos laboratórios de conservação e restauração de papel no Brasil representou o inaugurar de uma “nova fase”, ou seja, as instalações físicas e o aparato tecnológico constituíam-se elementos fundamentais para o desenvolvimento das atividades de conservação e restauração de papel em consonância, portanto, com as matrizes conceituais e os progressos científicos assinalados em centros estrangeiros de referência.

Em 1977, o então Setor de Conservação e Restauração de Pintura, Escultura, Talha, Manuscritos e Códices passa a denominar-se Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais do IPHAN, sob a direção de Maria Luiza Guimarães Salgado. Tal mudança coaduna as influências do ideário de Aloísio Magalhães, ocasião em que ele substitui a noção de valor de “patrimônio histórico e artístico” por “bem cultural”. Em 1978, Maria Luiza Guimarães Salgado realiza um estudo sobre a definição de atribuição de técnico de assunto cultural – área de restauração. Há nesse estudo uma descrição detalhada sobre o perfil do restaurador de papel no qual verificamos o empenho da autora em justificar a importância da atividade e, conseqüentemente, a reivindicação do status e do reconhecimento profissional no contexto do serviço público.<sup>42</sup>

Embora a autora saliente a importância das pesquisas científicas e do laboratório científico na área de papéis, ainda se verifica o perfil do profissional ancorado em aptidões de natureza artística como: habilidade manual, destreza manual, sensibilidade e agudo senso crítico. Tais qualidades evidenciam o perfil profissional da década de 1970, focado em atividades curativas e intervencionistas. Dessa forma, depreende-se a preponderância do perfil artístico sobre o perfil científico, no qual os conhecimentos de química e biologia ainda não se encontravam sedimentados na disciplina da conservação e restauração de papel. No que concerne à formação profissional, Salgado elabora o estudo *Laboratório-escola para restauração de papéis*, ressaltando o volume quantitativo de acervos em papel localizados no território brasileiro, bem como a problemática de conservação num país de clima tropical.

No final da década de 1970, destaca-se o pioneirismo da implementação de um centro especialmente dedicado ao tratamento do papel, o Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos Gráficos (LACRE) do Centro de Documentação da Fundação Casa de Rui Barbosa, a partir da aprovação de projeto da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Por meio de cursos e estágios supervisionados, o LACRE participou efetivamente, nos anos de 1980 e 1990, na formação de grande parcela de conservadores-restauradores especializados em documentos gráficos,

tornando-se referência no âmbito nacional na implantação de laboratórios e núcleos iniciais de conservação-restauração de papel em diversos museus, arquivos, bibliotecas e universidades.

Quanto aos critérios de valoração do bem cultural e, conseqüentemente, das escolhas do patrimônio a ser preservado, os movimentos sociais possibilitados pela abertura do regime político, em fins da década de 1970, contribuíram no sentido de dar voz à pluralidade de vivências e reapropriação da memória. No processo de reivindicação pela democratização da cultura, os agentes culturais trabalham no sentido da ampliação da noção de “bem cultural”, são eleitas novas memórias, e temas como pertencimento, transformação social e cidadania inserem-se no debate preservacionista.

Nesse contexto, Aloísio Magalhães é nomeado diretor do IPHAN, inaugurando-se a “fase moderna” do órgão oficial de proteção do patrimônio brasileiro. Recém-empossado, Magalhães participa do I Encontro Brasileiro de Conservação e Restauração de Livros e Documentos, em 30 de julho de 1979, no Museu Paulista. Magalhães profere o discurso “A preservação da memória nacional” e lembra o conceito abrangente de bem cultural, tal como propusera Mário de Andrade. Magalhães nos chama a atenção para a necessidade de preservação do conjunto de bens culturais que integram o patrimônio brasileiro, fazendo menção, em particular, ao papel enquanto categoria tipológica

de bem cultural a ser preservado: “ou começamos a cuidar de nossos papéis, onde estão contidas informações, dados, e valores que traçam a trajetória evolutiva, ou vamos carecer dessas informações, fundamentais na explicitação do futuro”.<sup>43</sup> Ao frisar a importância dessa conscientização cultural Magalhães assevera que “no caso específico do papel e do documento, o papel é o suporte de grande parte da nossa informação histórica. E se esse suporte não merecer um trato adequado, desaparece a informação que nele foi depositada em tempos passados”.<sup>44</sup> É oportuno destacar a relevância do discurso oficial de Magalhães na medida em que ele valoriza o papel como tipologia de bem cultural a ser preservado, evidenciando significativos avanços conceituais na política patrimonial brasileira.

Em 1979, é criada a Coordenadoria de Conservação e Restauração de Livros e Documentos do Estado de São Paulo (CORLIDOSP) com o objetivo de elaborar e implantar uma sistemática de restauração e conservação de livros e documentos históricos, abrir novos campos de pesquisas historiográficas e aperfeiçoar as técnicas de restauração, destacando-se a realização, ainda em 1979, do I Encontro Brasileiro de Conservação e Restauração de Livros e Documentos.<sup>45</sup> É também no bojo das ações da CORLIDOSP que se dá a elaboração de projetos pioneiros de implantação de laboratórios de conservação e restauração de papel no âmbito do estado de São Paulo, bem como o projeto

do Centro de Conservação e Restauração de Livros e Documentos do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.<sup>46</sup>

Em 1984, é criado o Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica – Pró-Documto tendo como finalidade preservar, em todo território nacional, os acervos documentais privados de valor permanente, demarcando a atuação do Estado brasileiro na defesa da documentação privada em âmbito nacional.<sup>47</sup> Com relação aos objetivos específicos estabelecidos no Pró-Documto, ressaltamos aspectos ligados à conservação e restauração de papel como a assessoria às atividades técnicas de melhoria das infraestruturas de armazenagem e acondicionamento, além da manutenção de atividades permanentes de desinfestação de documentos. Em 1987, realizou-se o I Seminário de Biodegradação de Bens Culturais – Papel e Madeira. Lamentavelmente, o Programa durou apenas três anos e foi desmobilizado em 1988.

Vinculado ao ideário de Guita Mindlin e Thereza Nickelsburg Brandão Teixeira, em 1988 é criada a Associação Brasileira de Encadernação e Restauo (ABER), exemplificando a importante participação da sociedade civil no campo da conservação e restauração de livros, documentos impressos e manuscritos, bem como da encadernação artesanal.<sup>48</sup> Em convênio com a Escola Senai Theobaldo de Nigris, a ABER criou, em 1990, o curso de conservação-restauração de documentação gráfica, considerado o

único em nível técnico na América Latina, verificando-se a importância da criação do primeiro laboratório-escola em âmbito nacional. O curso tem como finalidade preparar auxiliares na preservação, conservação e restauro de documentação gráfica. Ao longo dos seus vinte anos de funcionamento, encontra-se na 32ª turma, tendo formado cerca de trezentos técnicos representantes de diversas regiões brasileiras e de países vizinhos na América Latina.

Na década de 1990, marcam-se mudanças de paradigmas conceituais motivadas pelo despertar da conservação preventiva.<sup>49</sup> É nessa perspectiva que as ações da preservação documental pautam-se, notadamente, em referências bibliográficas de autores norte-americanos, conforme evidenciado no Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos (CPBA).<sup>50</sup> Com a apropriação dos conceitos estabelecidos pela conservação preventiva, nota-se o paulatino desligamento da aplicação de técnicas curativas do bem cultural e, por conseguinte, verificamos as iniciativas com tônica no desenvolvimento de programas de preservação dos estoques informacionais, planejados sob a ótica interdisciplinar, os quais compreendem aspectos políticos, culturais, técnicos e administrativos. Com isso, tem-se a quebra de paradigma, mudando o foco da disciplina, anteriormente dirigida ao bem cultural deteriorado e agora à conservação dos estoques informacionais.

No âmbito das sociabilidades, verificamos, ao longo da primeira década dos anos de 2000, o desenvolvimento de vários projetos de preservação de acervos em papel caracterizados por práticas inclusivas.<sup>51</sup> Desse modo, cabe analisar a ampliação do perfil dos agentes sociais que se integram à tarefa preservacionista. Se, primeiramente, vemos a atividade restrita aos especialistas no âmbito das instituições detentoras de acervos bibliográficos e documentais, atualmente verificamos a realização de projetos de cidadania cultural que, ao romper fronteiras institucionais e acadêmicas, ganham contornos democráticos, promovem a conscientização patrimonial e envolvem um maior número de atores sociais no espaço plural preservacionista.

As reflexões que entreteceram este artigo tentaram trazer à cena algumas práticas e narrativas ainda pouco conhecidas e/ou estudadas da preservação documental, descortinando espaços que estimulem novos debates teóricos e historiográficos relativos à preservação documental no Brasil. É certo afirmar que muitas investigações ainda se fazem necessárias tendo em vista a melhor compreensão da construção cultural da disciplina. Ao voltar-se para essa perspectiva de análise, este estudo tem o propósito de lançar luz e fustigar a discussão de questões concernentes ao caminho trilhado pela preservação dos acervos em papel, de modo a contribuir para o preenchimento de uma ampla lacuna historiográfica.

# N O T A S

1. ARNOULT, Jean-Marie. Le Centre de Sablé (1979-1984). In: NORTIER, Michel (dir.). *Études sur la bibliothèque nationale et témoignages*: réunis en hommage à Thérèse Kleindienst. Paris: Bibliothèque Nationale, 1985, p. 173 apud ROSSI, Libero & GUASTI, Gisella. *Dal restauro alla conservazione*: la gestione del patrimonio librario. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1987, p. 75. (tradução nossa).
2. MARTINEZ JUSTICIA, Maria Jose. *Historia y teoria de la conservación y restauración artística*. Madri: Tecncos, 2000, p. 42.
3. MATERO, Frank. Ethics and policy in conservation. *The GCI Newsletter*, v. 15, n. 1, Spring 2000, p. 4.
4. KÜHL, Beatriz Mugayar. História e ética na conservação de monumentos históricos. *Revista do Patrimônio Cultural*, USP, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 17, nov. 2005/abr. 2006.
5. CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel, 1990, p. 14.
6. Idem, ibidem, p. 16-17.
7. EHRELE, F. Della Conferenza Internazionale di S. Gallo (1898). *Revista delle biblioteche e degli archivi*, v. XX (1909), p. 113 apud FURIA, Paola. *Storia del restauro librario*. Roma: Istituto Centrale per la Patologia del Libro; Milão: Editrice Bibliografia, 1992, p. 48.
8. FEDERICI, Carlo & ROSSI, Libero. *Manuale di conservazione e restauro del libro*. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1983, p. 27.
9. GALLO, Alfonso. *Vicende e danni di guerra*. "Boll. I.P.L.", VI 91947, p. 1-14 apud FURIA, Paola, op. cit., p. 65-66.
10. Entomologista do Departamento de Zoologia da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.
11. CARRERA, Messias. História dos insetos inimigos dos livros. *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, v. 33, n. 3, p. 354, 1981.
12. O Arquivo Público do Império foi criado por meio do regulamento n. 2, de 2 de janeiro de 1838.
13. ARQUIVO NACIONAL. *Relatório do Arquivo Público do Império de 1846* apud HOLLÓS, Adriana Lúcia Cox. *Entre o passado e o futuro*: os limites e as possibilidades da preservação documental no Arquivo Nacional do Brasil. 2006. Dissertação (Mestrado em Memória Social), UNIRIO, Rio de Janeiro, p. 50.
14. Idem, ibidem, anexo F, p. 91-99.
15. SUBSECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Bens móveis e imóveis inscritos nos livros do tomo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: 1982, p. 11.
16. Cf. "Ata de Incineração" – transcrito do *Jornal Estado da Bahia*, de 17 de dezembro de 1937, apud DUARTE, Eduardo de Assis. *Leitura e cidadania*. Disponível em <http://www.unicamp.br/iel/memoira/Ensaios/leitura%20e%20cidadania.htm>. Acesso em: 9 abr. 2007.
17. Cf. Coleção Papéis Avulsos alocados no Arquivo Histórico Municipal Washington Luís, de São Paulo.
18. Edson Motta ocupava, como servidor público, o cargo de conservador do patrimônio histórico e artístico, na então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Ministério da Educação e Cultura. Arquivo Noronha Santos – IPHAN, Série Conservação e Restauração.
19. MOTTA, Edson. *Pinturas*. Rio de Janeiro, 1982. Não paginado. (Catálogo de exposição, 9 set./ 3 out. 1982, Museu Nacional de Belas Artes, Ministério da Educação e Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória).
20. Arquivo Noronha Santos – IPHAN. Série Centro de Restauração de Bens Culturais. Relatório sobre as atividades do Laboratório da Biblioteca 1948-50, Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1950.
21. BARROSO, Gustavo. Arrumação de livros/Conservação de livros. In: BARROSO, Gustavo. *Introdução à técnica de museus*. Rio de Janeiro, v. 1, Gráfica Olímpica, 1946, p. 222-224.

22. Idem, ibidem, p. 13-14.
23. Idem, ibidem, p. 84.
24. MOTTA, Edson. *Pinturas*, op. cit.
25. Conservadora-restauradora aposentada, ex-diretora do Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais do IPHAN.
26. Apud BERNWANGER, Kátia Inês e CHRISTO, Tatiana R. Restauração de incunábulo, reversão de laminação Barrow. *Boletim Informativo da Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores de Bens Culturais*, p. 11, mar./abr./maio 2001.
27. HOLLÓS, Adriana Lúcia Cox. *Entre o passado e o futuro*, op. cit., p. 44.
28. Bibliotecária da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia e professora do curso de restauração do Arquivo Público do Estado.
29. CORUJEIRA, Lindaura Alban. Conservação e restauração de livros e documentos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 3, 1961, Curitiba. *Anais...* Curitiba, 1961, p. 41-58.
30. "Resumo das decisões tomadas nas reuniões convocadas pelo diretor-geral, Rodrigo Melo Franco de Andrade, realizadas na sede do DPHAN nos dias 3, 4 e 5 de dezembro de 1962, com o fim especial de estabelecer normas e planos para ordenação dos trabalhos de recuperação de obras de arte". Arquivo Noronha Santos – IPHAN, Centro de Restauração de Bens Culturais do SPHAN.
31. Arquivo Noronha Santos – IPHAN, Série Conservação e Restauração.
32. COREMANS, Paul. Organización de un Servicio Nacional de Preservación de los Bienes Culturales. In: UNESCO. *La conservación de los bienes culturales*. Paris: Unesco, 1969, p. 83.
33. Arquivo Noronha Santos – IPHAN, Série Centro de Restauração de Bens Culturais. Documento de 5 de fevereiro de 1968.
34. MOTTA, Edson. Palavras de abertura. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE PRESERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE DOCUMENTOS, 1, 21 e 22 de outubro de 1976, Rio de Janeiro. *Anais...* CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 3, 1976, Rio de Janeiro, 1979, p. 813.
35. Bibliotecária da Universidade Federal da Bahia e professora do curso de restauração do Arquivo Público da Bahia.
36. BRADLEY JR., Morton C. *The treatment of pictures*. Cambridge, Massachusetts: The Cosmos Press, 1950.
37. Arquivo Noronha Santos – IPHAN, Série Centro de Restauração de Bens Culturais.
38. Conservação e restauração: problemas da Nacional do Rio de Janeiro. *Revista de Biblioteconomia*, Brasília, v. 3, n. 2, p. 199-208, jul./dez. 1975. Trad. Elton Eugênio Volpini, p. 5-6.
39. Arquivo Noronha Santos – IPHAN, Série Centro de Restauração de Bens Culturais.
40. Conservação e restauração: problemas da Nacional do Rio de Janeiro, op. cit.
41. Depoimento de Gilda Lefebvre realizado em 5 de maio de 2006.
42. Arquivo Noronha Santos – IPHAN, Série Centro de Restauração de Bens Culturais (Laboratório).
43. COORDENADORIA DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE LIVROS E DOCUMENTOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (CORLIDOSP). *Relatório de atividades*. São Paulo: 1980, p. 5. (cópia xerográfica).
44. Idem.
45. Cabe registrar que tal evento não foi, portanto, o primeiro encontro no campo conservação e restauração de papel a ser realizado no âmbito brasileiro. De fato, o primeiro evento realizado foi o I Seminário Brasileiro de Preservação e Restauração de Documentos, realizado no Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1976, como parte integrante do III Congresso Brasileiro de Arquivologia.
46. Arquivo Noronha Santos – IPHAN, Série Conselho.

47. PROGRAMA NACIONAL DE PRESERVAÇÃO DA DOCUMENTATAÇÃO HISTÓRICA – Pró-Documento. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1984, p. 3.
48. *Boletim ABER*, ano X, n. 2, p. 2, 1998.
49. Cf. GUICHEN, Gaël de. La conservation preventive: un changement profond de mentalité. *Study series*, Bruxelas, ICOM-CC/ULB, v. 1, n. 1, p. 4-5, 1995.
50. Pelo alcance dos resultados obtidos, o Projeto CPBA recebeu, em 1998, o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade.
51. Como, por exemplo: Penitenciária Estadual de Maringá, Penitenciária Talavera Bruce no Rio de Janeiro, Ong “Novo Papel”, Fundação Pedro Calmon na Bahia e Centro de Estudos de Restauro do Patrimônio em Olinda (CERPO).

---

Recebido em 25/10/2010

Aprovado em 26/11/2010